

Relatório de Impacto Ambiental RIMA



Pequena Central Hidrelétrica PCH Cachoeira Branca



Elaborado por:



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
INTRODUÇÃO	3
EMPREENHIMENTO	5
QUEM É O RESPONSÁVEL PELO EMPREENHIMENTO?	5
O QUE É O EMPREENHIMENTO?	5
ONDE DEVERÁ SER CONSTRUÍDO?	5
QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS?	7
QUAIS AS PRINCIPAIS ETAPAS DA INSTALAÇÃO?	8
ÁREA DE INFLUÊNCIA	9
QUAL A ÁREA DIRETAMENTE AFETADA?	9
QUAL A ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA?	9
QUAL A ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA?	9
DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	11
O QUE É MEIO FÍSICO?	11
O QUE FOI DIAGNOSTICADO?	11
O QUE É MEIO BIÓTICO?	14
O QUE FOI DIAGNOSTICADO?	14
O QUE É MEIO ANTRÓPICO/SOCIOECONÔMICO?	17
IMPACTOS IDENTIFICADOS	19
QUAIS OS IMPACTOS IDENTIFICADOS NO MEIO FÍSICO?	19
QUAIS OS IMPACTOS IDENTIFICADOS NO MEIO BIÓTICO?	19
QUAIS OS IMPACTOS IDENTIFICADOS NO MEIO ANTRÓPICO?	20
SÍNTESE DOS IMPACTOS	20
MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	21
QUAIS AS MEDIDAS PROPOSTAS PARA O MEIO FÍSICO?	21
QUAIS AS MEDIDAS PROPOSTAS PARA O MEIO BIÓTICO?	21
PROGRAMAS AMBIENTAIS	23
O QUE SÃO PROGRAMAS E MONITORAMENTOS AMBIENTAIS?	23
QUAIS PROGRAMAS SERÃO EXECUTADOS?	23
EQUIPE TÉCNICA	26
QUEM ELABOROU O ESTUDO AMBIENTAL?	26

APRESENTAÇÃO

Para a implantação de empreendimentos com potencial de gerar impactos ambientais significativos, como por exemplo, indústrias, minerações, barragens, usinas, gasodutos entre outros, a Legislação Federal Brasileira, através das resoluções do CONAMA nº. 01/86 e nº. 237/97 exige a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental e de seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Estes estudos são realizados para que o Estado, através do órgão ambiental competente (no caso o Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - IMASUL), possa avaliar a viabilidade ambiental do projeto e conceder a Licença Ambiental Prévia (LP). É importante salientar que a LP não autoriza o início da implantação do empreendimento, ela apenas sinaliza a viabilidade ambiental do projeto.

A avaliação ambiental é feita a partir da caracterização do empreendimento, de informações fornecidas pelo empreendedor, dos levantamentos de dados da área do empreendimento relativos à terra, água, ar, animais terrestres e aquáticos, a vegetação nativa, bem como da população no entorno.

Estes levantamentos são apresentados no EIA no capítulo “Diagnóstico Ambiental” e resumidos para o RIMA. A partir deste levantamento e das características do empreendimento, avaliam-se as possíveis alterações - impactos positivos e negativos - que poderão afetar o meio ambiente nas fases de instalação e operação do projeto.

Por fim, na parte conclusiva do estudo são propostas ações de gestão ambiental na forma de planos e medidas, para amenizar os impactos negativos e potencializar os positivos decorrentes do empreendimento em questão.

Este Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apresenta o resumo das principais informações e conclusões do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Pequena Central Hidrelétrica Cachoeira Branca, como veremos adiante.

Contudo, vale ressaltar que antes da realização do licenciamento ambiental de uma PCH, diversas etapas devem ser cumpridas pelo empreendedor, até a obtenção da autorização junto a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica e sua licença ambiental, junto ao IMASUL.

A seguir, na Figura 1, estão organizadas de forma cronológica as etapas referentes aos estudos iniciais (planejamento) do projeto até a fase final, a de operação (geração de energia).

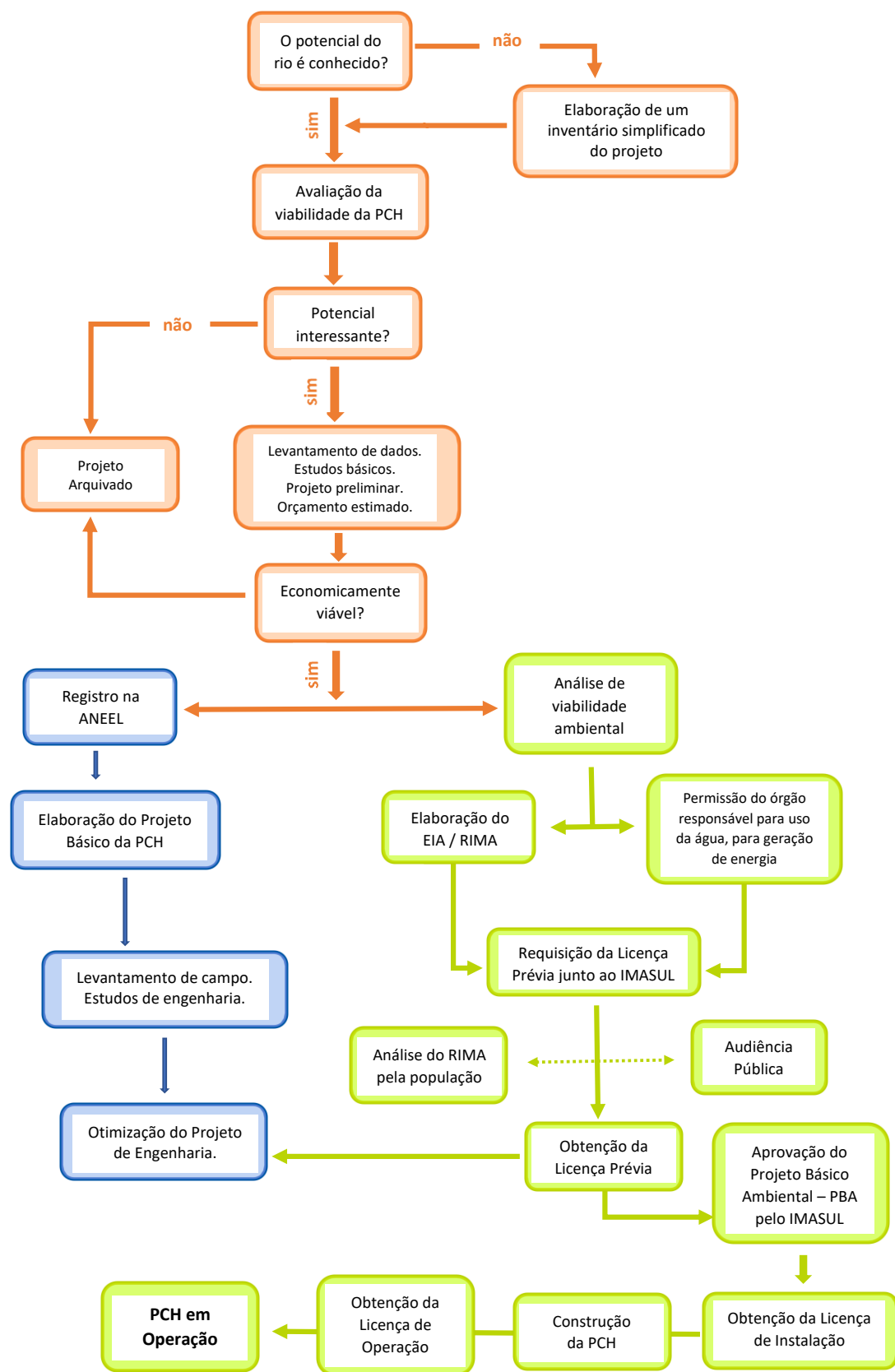


Figura 1: Etapas do planejamento e licenciamento ambiental de uma PCH: Empreendedor / ANEEL / IMASUL.

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) tem como objetivo tornar pública as informações referentes ao processo de licenciamento ambiental frente aos eventuais impactos ocasionados pela instalação da **Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Cachoeira Branca**, no Rio Pardo, no município de Ribas do Rio Pardo/MS. A elaboração deste relatório contou com equipe composta por profissionais qualificados, representados pela Samorano Consultoria Ambiental, que venceu a licitação do empreendedor, a **FLAMARPAR Investimentos S/A**, para elaboração do estudo que subsidiará a obtenção da Licença Prévia, atendendo a legislação vigente e o correspondente Termo de Referência emitido pelo Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL).

O **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)** e o **Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA)** são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituídos pela Resolução CONAMA nº. 001 de 23/01/1986 (Conselho Nacional do Meio Ambiente) para reger as atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição, que dependerão do estudo para seu licenciamento ambiental.

O **EIA** contempla informações técnicas do futuro empreendimento, sobre suas condições socioambientais e características estruturais, técnicas e operacionais, os impactos e as recomendações para compensação e/ou mitigação destes.

Já o **RIMA**, resumo do EIA, é realizado de forma a dar as informações em linguagem comum, proporcionando facilidade na compreensão dos assuntos técnicos para a sociedade em geral. Neste relatório estão descritas as principais características de engenharia da **PCH Cachoeira Branca**, o resumo do diagnóstico ambiental das áreas de interferência do projeto (tecnicamente denominadas Áreas de Influência), os impactos ambientais identificados e as ações ambientais propostas para reduzir (medidas mitigadoras) ou evitá-los (medidas preventivas).

O levantamento dos dados da região e os estudos na área do projeto, foram realizados através de pesquisas no local e comparação dos dados com as pesquisas bibliográficas realizadas; com uma especial contribuição de novos conhecimentos. Os aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, bem como a avaliação das alterações do ambiente, estão apresentados neste **RIMA**, em forma de perguntas e respostas.

EMPREENDIMENTO

Quem é o responsável pelo Empreendimento?

A PCH Cachoeira Branca tem como empreendedora a FLAMARPAR Energia - empresa do grupo Flamarpar investimentos S/A, fundada em 2005, com atividades de Holdings de instituições não-financeiras, com sede em Porto Alegre/RS.

A Flamarpar possui 4 PCHs, na região de Ribas do Rio Pardo, em processo de licenciamento, participando com efetividade no planejamento energético brasileiro, que leva em conta as projeções de consumo e atendimento das demandas do mercado nacional.

O que é o Empreendimento?

O Empreendimento consiste em uma PCH que objetiva o aproveitamento hidrelétrico no Rio Pardo, afluente do Rio Paraná.

Pequenas Centrais Hidrelétricas são usinas de geração de energia elétrica a partir do aproveitamento do potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 1 MW e inferior ou igual a 30 MW, além de reservatório em área menor que 13 km².

As PCHs são consideradas empreendimentos de baixo impacto ambiental.

Geralmente instaladas próximas ao local de consumo e integradas ao sistema elétrico da região, as PCHs proporcionam uma maior estabilidade e segurança no abastecimento de energia limpa, além de economia de investimentos relacionados à redução de perdas de transmissão.

Além de aumentar a oferta de energia elétrica, algumas PCHs substituem o abastecimento proveniente de usinas termelétricas que queimam óleo diesel, altamente poluente ao meio ambiente.

Onde deverá ser construído?

A PCH Cachoeira Branca será instalada na zona rural do município de Ribas do Rio Pardo/MS. A instalação do empreendimento será no Rio Pardo, inserido na bacia hidrográfica do Rio Paraná, e será instalada a 236,05 km de distância de sua Foz, no Rio Paraná.

O Rio Pardo vem sendo estudado desde a década passada. Os primeiros estudos que contemplaram este rio consideravam, também, o seu potencial energético, fazendo parte do programa federal "Inventário Participativo de Potencial Hidrelétrico do Rio Pardo", elaborado em 2019 junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). E o Mato Grosso do Sul é o primeiro a mapear este potencial!

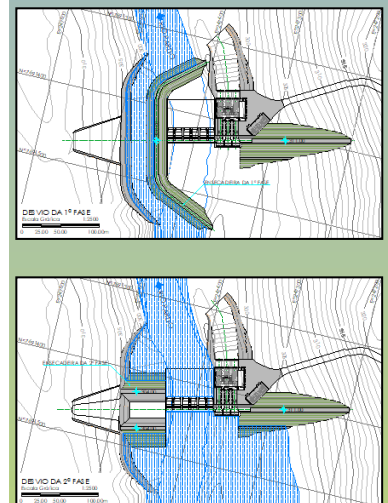


Figura 2:
Modelo de estruturas da PCH Cachoeira Branca; antes e depois do desvio do rio Pardo.

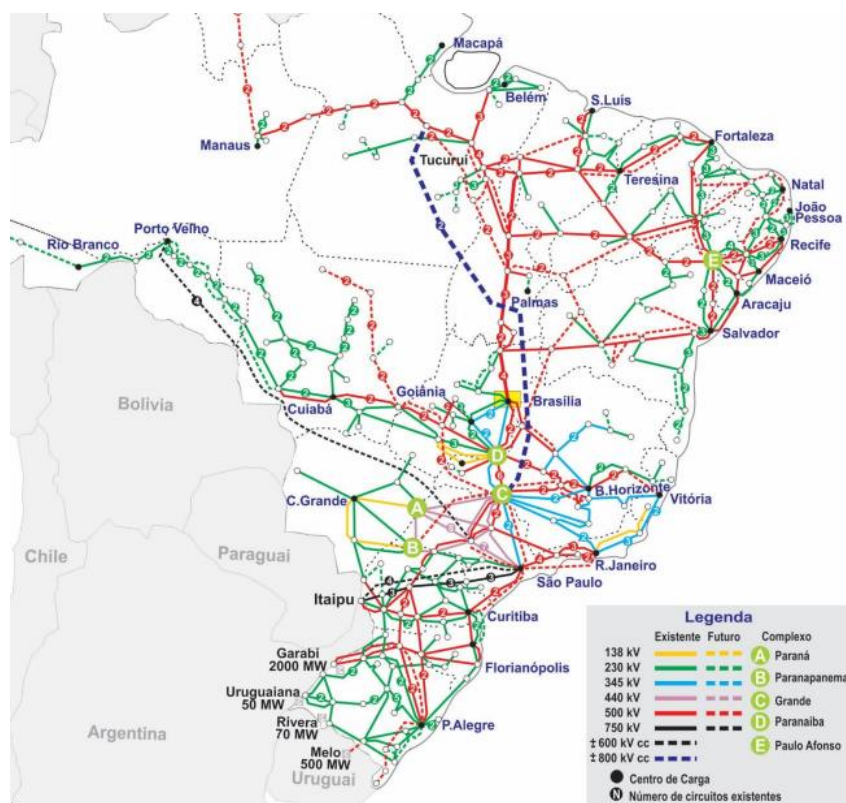
Figura 3:
Croqui de localização da PCH Cachoeira Branca; no Rio Pardo, município de Ribas do Rio Pardo



A região onde será instalada a PCH é descrita hoje pela atividade agropecuária, ou seja, não haverá interferência direta sobre aglomerados urbanos. O potencial da usina será de 21,00 MW, energia suficiente para abastecer cerca de 180.000 casas.

Para atingir este objetivo, a energia produzida será interligada ao SIN – Sistema Interligado Nacional, que é uma grande rede que se estende por boa parte do país, interligando sistemas e ofertando energia para as regiões Nordeste, Sudeste/Centro-Oeste, Sul e Norte.

Figura 4:
Arranjo Geral do SIN – Sistema Integrado Nacional.



Quais são as principais características?

O aproveitamento hidrelétrico pela PCH Cachoeira Branca funcionará a fio d'água, ou seja, a vazão que sai (defluente) do reservatório do aproveitamento será sempre, a todo instante, igual à vazão que chega a ele (jusante). O arranjo geral da PCH se resume em:

- Barragem e vertedouro;
- Tomada d'água;
- Conduitos forçados;
- Canal de fuga;
- Subestação.

A **barragem** será construída partindo de ambas as margens do rio. A área do **reservatório** será de 4,27 km².

O enchimento do reservatório é esperado após a conclusão das obras da barragem, no leito do Rio Pardo. Será mantida para jusante, ou seja, em direção à foz do rio, uma vazão de 30% da mínima vazão média mensal registrada.

Próximo às estruturas da tomada d'água e da casa de força haverá um **vertedouro**, que desviará o excesso d'água do reservatório aliviando a pressão sobre a barragem, evitando riscos às instalações, além de restituir a água para o leito natural do rio.

A tomada d'água é o local de captação no reservatório para entrada nos **conduitos forçados**, levando até à casa de força para a geração de energia.

A **casa de força** abrigará as turbinas, geradores e demais equipamentos de controle, responsáveis pela geração de energia.

Estará localizada ao pé da barragem e contará com 3 (três) turbinas hidráulicas de vazão 73,00m³/s e potência de 7000,00kW cada; com potência total de 21,00MW.

O **canal de fuga** terá início após a casa de máquinas e a função de devolver ao rio a água turbinada, sem perdas.

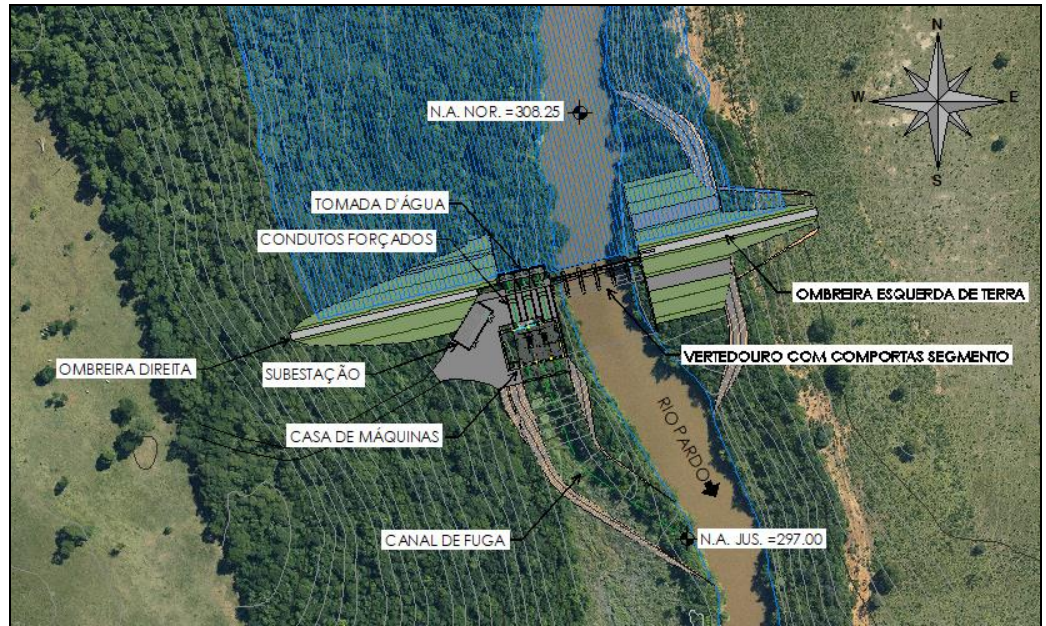
A energia elétrica gerada segue para a **subestação (SE)** que fica ao lado da usina.

A subestação elevará o nível de tensão de energia gerada para evitar perdas durante o transporte pelas linhas de transmissão, até o ponto de distribuição.

A subestação elevadora da PCH Cachoeira Branca, receberá a tensão primária de 13,8 kV que será elevada para a tensão de 138kV, por meio de um transformador elevador de 25 MVA.

A integração da PCH Cachoeira Branca com o sistema da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (*Energisa*) será feita através de uma linha de transmissão de 138 kV, com aproximadamente 25,00 km de extensão, até a SE existente na UHE Mimoso.

Figura 5:
Ilustração dos elementos que compõem a PCH Cachoeira Branca.



Quais as principais etapas da instalação?

Instalação

As obras de instalação da PCH Cachoeira Branca serão realizadas em duas frentes de trabalho, que serão desenvolvidas ao mesmo tempo: a instalação do canteiro de obras e a instalação da barragem. Serão executadas as escavações em toda a área da barragem e das estruturas de concreto, bem como a construção destas estruturas. Ao final desta etapa estarão instaladas as comportas ensecadeira da tomada d'água.

O rio será desviado de sua calha natural através da construção de ensecadeiras transversais ao mesmo e fluirá por um canal secundário sob o vertedouro.

Simultaneamente, concluem-se as obras da casa de força, e inicia-se a montagem dos equipamentos e construída a barragem de terra. Também será construída a subestação e a linha de transmissão entre a PCH Cachoeira Branca e a SE Mimoso.

Operação

O enchimento do reservatório se dará ao finalizar a barragem. Porém, a PCH Cachoeira Branca só entrará em operação – geração de energia – após obter a licença de operação (LO); ou seja, concluída a obra e fiscalizada e liberada pelo órgão competente.

ÁREA DE INFLUÊNCIA

Porção territorial passível de sofrer os potenciais efeitos decorrentes da instalação e operação do empreendimento, nos aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos.

A definição da **Área de Influência** é uma etapa importante do processo de análise e determina a abrangência dos estudos a serem realizados.

Para definição e delimitação destas áreas foram consideradas características referentes à área de abrangência do empreendimento, a diversidade e especificidade dos ambientes afetados, compreendendo os locais e áreas sujeitas aos efeitos diretos e indiretos da fase de obras e fase de operação.

Assim, para a elaboração do Diagnóstico Ambiental e da análise de impacto ambiental foram consideradas duas escalas de abrangência: Área de Influência Indireta (AII), Área de Influência Direta (AID) e Área Diretamente Afetada (ADA). As áreas de influência foram delimitadas segundo cada uma das disciplinas analisadas.

Qual a Área Diretamente Afetada?

A ADA da PCH Cachoeira Branca compreende o reservatório (área alagada), as áreas destinadas a instalação e operação da usina (barramento, dique, canal, canteiro de obras, acesso, área de empréstimo e bota-fora), um buffer de 100m ao redor da cota do reservatório o qual corresponde a Áreas de Preservação Permanente (APP). Esta área totaliza 1.117,33 ha e atinge uma extensão de aproximadamente 27 km ao longo do Rio Pardo.

Qual a Área de Influência Direta?

Para os meios físicos e biótico considera-se como AID o somatório da ADA, anteriormente descrita, acrescido de um buffer de 2 km a partir dos limites desta ADA. Para o meio socioeconômico a AID é composta pela ADA, acrescido das propriedades afetadas pelo empreendimento, ou seja, área do reservatório.

Qual a Área de Influência Indireta?

Para os meios físico e biótico a AII corresponde a bacia hidrográfica do Rio Pardo - UPG do Pardo. E para o meio antrópico foi considerado o município sede do empreendimento, ou seja, Ribas do Rio Pardo

Figura 6:
Delimitação espacial
da ADA (em vermelho) e AID
(em amarelo), dos meios
físico e biológico.

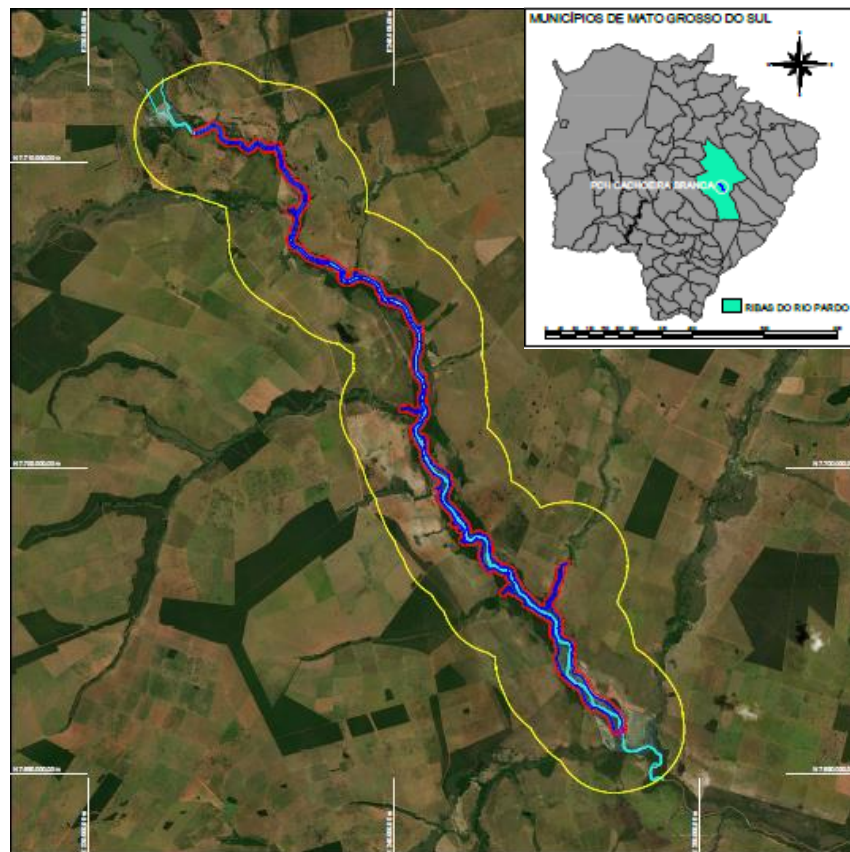
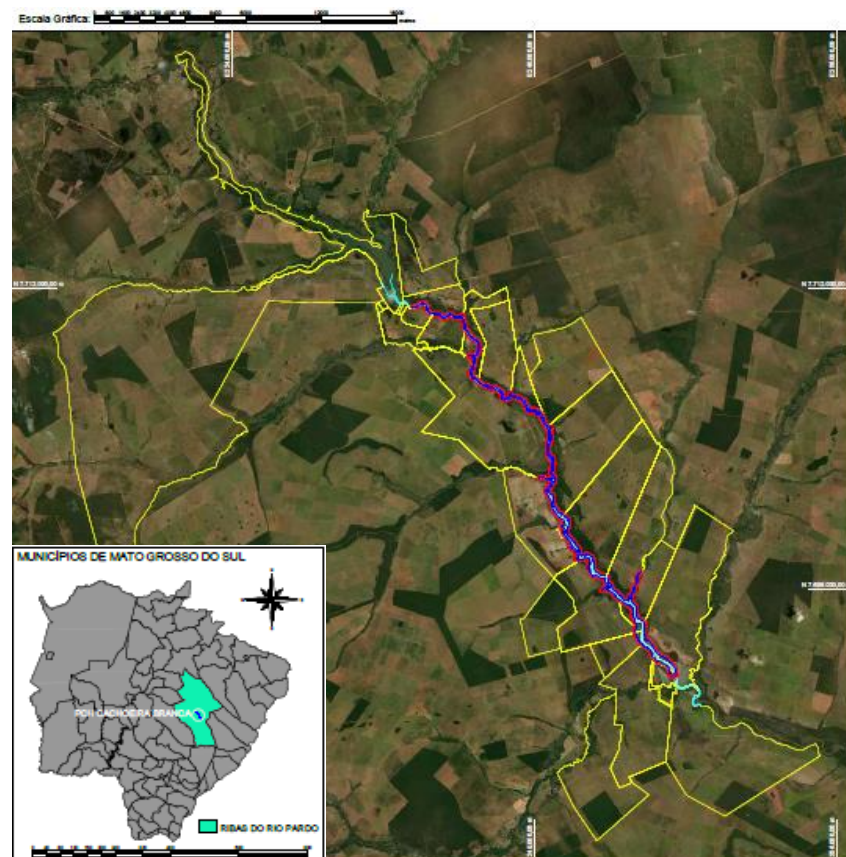


Figura 7:
Delimitação espacial
da ADA (em vermelho) e AID
(em amarelo), do meio
antrópico (socioeconômico).



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

O que é Meio Físico?

O **Meio Físico** abrange as características do relevo, dos solos, do clima e das águas são estudadas no campo físico.

O diagnóstico descreve os estudos das seguintes áreas: Geomorfologia (relevo), Geologia, Pedologia (Solos), Hidrologia (Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos) e o Clima.

O que foi diagnosticado?

Clima

O clima da região, segundo a classificação de Köppen, é denominado Tropical (AW), megatérmico, com estação de inverno pouco definida ou ausente. As chuvas totalizam 1462 mm ao ano, sendo mais intensa nos meses de dezembro a março, com médias de 210mm. Em relação à temperatura, os meses mais quentes vão de setembro a abril (média de 28,2°C) e o período mais frio registra temperatura média de 20,1°C, entre maio e julho.

Em relação aos ventos, o sentido predominante de direção é o noroeste, mas os ventos mais intensos vêm do sudeste, especialmente no mês de agosto.

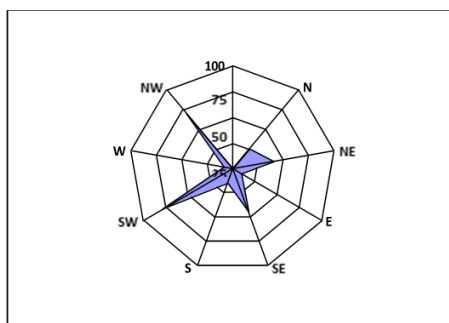


Figura 8:
Rosa dos ventos – direção predominante: noroeste. Ventos intensos: direção sudoeste

A qualidade do ar é dada como boa, com base em estudos pontuais existentes para a região, exibindo parâmetros que atendem a legislação atual, exceto para material particulado, ou seja, poeira, em determinadas épocas do ano.

Geomorfologia e Geologia

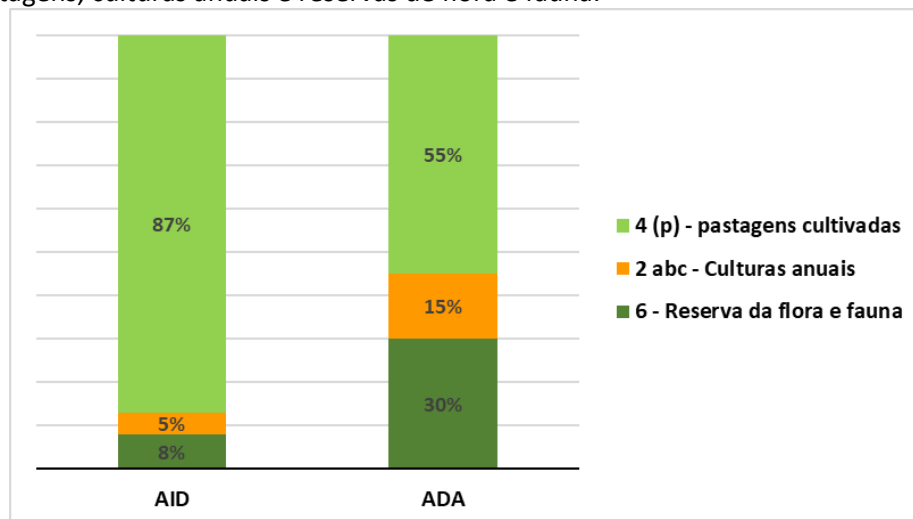
Em relação aos aspectos do relevo (geomorfologia), descrevem-se colinas amplas, onde afloram arenitos (Grupo Caiuá), assentados sobre os basaltos da formação Serra Geral (geomorfologia).

Tais características, somadas a outros fatores identificam que a probabilidade de ocorrer tremores (abalos sísmicos) é praticamente nula. Este fator é muito importante para manutenção da segurança da barragem.



Figura 9:
Afloramentos do arenito do Grupo Caiuá na AID.

Figura 10.
Representação (em %) das aptidões agrícolas registradas na AID e ADA.



Estes solos são bastante arenosos, então há facilidade da formação de processos erosivos, necessitando de programas de monitoramento de processos erosivos.

Os principais impactos no solo, na fase de instalação da PCH seria a movimentação de terra, devido a terraplanagem do canteiro de obra e elaboração da barragem da PCH.

Hidrogeologia

Hidrogeologia é o ramo da ciência que estuda as águas subterrâneas e lençóis freáticos que formam os aquíferos (reservatórios de água). Como os aquíferos ficam abaixo da crosta terrestre; o acesso a estes reservatórios de água se dá através da utilização de poços profundos (perfurados verticalmente). A área em questão está localizada sobre dois sistemas aquíferos aflorantes: um associado à Formação Serra Geral, localizado ao longo da calha do rio Pardo e um segundo, associado ao Grupo Caiuá, localizado na região de entorno do rio.

- O aquífero Serra Geral mantém características de um aquífero livre, apresentando boa qualidade da água.
- O aquífero Caiuá relaciona-se com as águas superficiais, recebendo contribuição das mesmas durante os processos hidrológicos superficiais (recargas dos aquíferos), muitas vezes podem ter suas águas aflorando em ravinas (processo erosivos intensos).

Como não existem concentrações urbanas e indústrias ou outras fontes de poluição, a probabilidade de que ocorra contaminação das águas subterrâneas nas áreas de influência do empreendimento, é remota.

Com relação à implantação e operação da atividade, o enchimento do reservatório poderá modificar os níveis freáticos no entorno imediato do mesmo, sem, no entanto, representar riscos à sua estabilidade.

Hidrografia

Em nível regional a área a ser implantada a PCH Cachoeira Branca encontra-se situada na Bacia do Paraná, Sub-bacia do Rio do Pardo.

Localmente, o recurso hídrico onde será instalada a PCH é o Rio Pardo, afluente da margem esquerda do Rio Paraná.

As águas do Rio Pardo, na área de instalação do empreendimento – área de influência direta (AID), foram diagnosticadas quanto aos seus usos e também quanto a sua qualidade.

Existem dois tipos de usos que as águas são classificadas: os consuntivos – abastecimento humano, pecuária, irrigação, industrial, diluição de efluentes (cargas líquidas poluidoras) e, os não-consuntivos – navegação, pesca, turismo e lazer.

Na AID, não há usos não-consuntivos em escala, apenas a recreação e pesca de forma informal. A presença de outras unidades geradoras de energia no rio Pardo, estão localizadas fora do perímetro estabelecido pela AID.

Já os usos consuntivos, exigem as outorgas das captações superficiais. Como à montante não haverá influência, destacam-se aqui as captações de jusante, ou seja, no lado oposto ao barramento, sendo que a mais próxima identificada, está distante 35 km e não sofrendo os impactos da PCH, pois a atividade de geração de energia elétrica é considerada uso não consuntivo,

Em relação à qualidade, a avaliação é de fundamental importância, pois busca indicadores que possam permitir a avaliação das interferências de cargas poluidoras, e dessa forma gerar informações sobre a qualidade da água.

Para obter um valor de qualidade, foram realizadas amostragem das águas (228 análises) em diferentes pontos e diferentes épocas.

A análise dos dados obtidos demonstrou que a grande maioria das variáveis físicas, químicas e biológicas analisadas está (94,7%) de acordo com os parâmetros estabelecidos na legislação (Res. CONAMA nº 357/2005, para corpos de água da classe 2).



Figura 11.
Coletas de amostras de água realizadas no Rio Pardo, em trecho da Área de Influência Direta.

Alguns parâmetros em desacordo têm distribuição pontual e também sofrem influência do período de chuvas, como é o caso da cor verdadeira (água muito turva), fósforo total (origem em agroquímicos) e óleos e graxas (atividades de grandes centros urbanos, ou seja, contaminação próxima às nascentes, no município de Campo Grande). Por serem pontuais e sazonais, estes resultados permitem classificar a água com de **boa qualidade**.

Destaca-se que monitoramentos e projetos de pesquisa envolvendo PCHs concluíram que os reservatórios das usinas estão amortizando as cargas externas de fósforo, funcionando como uma grande bacia de decantação; fator positivo para a localidade.

O que é Meio Biótico?

O **Meio Biótico** consiste em um conjunto de seres vivos terrestres e aquáticos que compõe o ambiente.

Foram estudados os grupos: vegetação terrestre e aquática, mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes, morcegos e insetos vetores de doenças.

O que foi diagnosticado?

Vegetação Terrestre

A região em estudo está inserida no domínio do Cerrado. O Cerrado possui uma flora extremamente rica e diversa, com diferentes fitofisionomias, desde campos limpos até florestas, em um gradiente adaptado as condições do relevo e dos solos, e abriga espécies vegetais exclusivas (endêmicas).

A paisagem na área de influência do empreendimento é composta por áreas de Savana Florestada, que exibem árvores tortuosas de caule suberoso (casca grossa que protege a planta da ação do fogo), a Floresta Estacional Semidecidual Aluvial, associadas as porções ciliares dos rios, de porte florestal mais adensado. E os Campos Úmidos, em áreas encharcadas (solo de alta saturação hídrica) que exibem uma vegetação composta por

gramíneas e pequenos arbustos.

Ao todo foram registradas 165 espécies vegetais, em sua maioria espécies arbóreas.

São árvores com potencial para produção de madeira (ipês, breu, pau-santo, jatobá), melíferas (flores utilizadas pelas abelhas na produção de mel), como o pau-pombo, Gonçalo-alves e a aroeira-branca, ornamentais, medicinais e na recomposição de áreas degradadas.

Das espécies registradas, 08 são endêmicas do Cerrado, como o baru, o imbiruçu, o espeteiro, entre outras; e 05 espécies estão ameaçadas de extinção, como o aroeirão, baru, cedro, gonçalo-alves e pitainha.

Vegetação Aquática

Plantas aquáticas são aquelas que se adaptaram à vida em ambientes aquáticos ocupando um conjunto de habitats que requerem mecanismos específicos de vida em submersão ou à superfície da água.

Dentre elas estão as macrófitas, que possuem importante papel nos ambientes aquáticos, como oxigenação da água, ciclagem de nutrientes e também como fonte de alimento e abrigo para peixes e outros animais que vivem ou utilizam esses ambientes.



Figura 12.

Metodologia aplicada no estudo da estrutura da vegetação (fitossociologia).

Entretanto, em muitos corpos d'água, as macrófitas apresentam crescimento excessivo, gerando efeitos adversos, como por exemplo, a perda da biodiversidade, aumento das taxas de evapotranspiração (o que acelera o processo de eutrofização), além de prejuízos econômicos, como o impedimento da pesca e navegação, por exemplo

Em represas hidrelétricas, o crescimento descontrolado de macrófitas causa, ainda, problemas de alimentação das turbinas, obrigando a frequentes descargas pelos vertedouros para a saída das plantas,

gerando desperdício de água e diminuição da produção elétrica.

No diagnóstico realizado, não foram registradas espécies de macrófitas. Atribui-se a tal fato o tipo de ambiente, de água corrente, sem formação de remansos de águas paradas. Entretanto, com a formação do reservatório pode ocorrer o surgimento desta comunidade, uma vez que o ambiente de águas paradas favorece a fixação e/ou desenvolvimento de bancos de macrófitas.

Ictiofauna

No diagnóstico as ADA/AID foram registradas 51 espécies de peixes e dentre estas, não foram registradas espécies ameaçadas de extinção na AID/ADA. Dos registros obtidos, 70% são espécies nativas (autóctone); as demais representam espécies introduzidas (alóctone), ou seja, são nativas o Brasil, mas não pertencem à bacia do Rio Paraná. Também não foi registrada neste levantamento espécie de origem exótica, mas isto não significa que elas não ocorram, pois em outros trabalhos realizados para a drenagem do Alto Rio Paraná, em localidade próxima, algumas espécies exóticas foram amostradas.

As espécies migratórias, num total 05, são migradoras de longa distância, que sobem a correnteza do rio para reprodução (p. ex.: curimba e piapara). Este número é bastante representativo, superior ao registrado para a AII, e está diretamente relacionado à presença da UHE Mimoso, que atualmente não possui sistema de transposição de peixes, e por isso é uma barreira intransponível para os peixes.

Herpetofauna

A herpetofauna é o grupo de animais representados pelos répteis (cobras e lagartos) e pelos anfíbios (sapos e rãs). No diagnóstico da ADA/AID, foram registrados 18 anfíbios e 10 répteis. Nenhuma das espécies registrada está ameaçada de extinção, nas listas oficiais brasileiras.

Com a formação do reservatório a quantidade de indivíduos de anfíbios tende a aumentar, devido à criação de novos ambientes, possibilitando a colonização por plantas aquáticas usadas como abrigo pelos anfíbios.



Figura 13: Amostragem da ictiofauna com rede de espera.

Figura 14: Perereca-amarela: habita florestas às margens de cursos d'água, e tem parte do ciclo de vida na água, onde deposita seus ovos; assim, será beneficiada com a formação do lago.

Avifauna

As aves ocupam os mais diversos ambientes: florestas, rios, campos limpos; e muitas delas são relativamente fáceis de observação e registros. Na ADA/AID, foram registradas 184 espécies (1652 indivíduos). As espécies registradas correspondem a 90,9% da riqueza estimada para a localidade.

Foram registradas 14 espécies ameaçadas de extinção, dentre elas a ema, papa-moscas, águia-cinzenta, galito, mutum-de-penacho, papagaio-galego, entre outras.



Figura 15: Registros obtidos na ADA / AID: Cigarrinha-do-campo – espécie ameaçada de extinção (à esquerda) e Uirapuru-laranja (à direita).

Mastofauna

Este grupo reúne animais de pequeno, médio e grande portes, incluindo os mamíferos voadores (morcegos), sendo que cada grupo exige metodologia diferenciada para obtenção de registros.

No diagnóstico da ADA/AID, foram registradas 26 espécies de mamíferos, sendo 4 de pequeno porte (cuíca, gambá, tatu-de-rabo-mole), 22 de médio e grande portes (jaguaritica, macaco-prego, anta, tamanduá-bandeira, lobo-guará) e 18 espécies de morcegos.

A maioria das espécies de mamíferos terrestres registrados é generalista no uso do ambiente, além de normalmente apresentarem territórios relativamente extensos, alta mobilidade e capacidade de dispersão, ocupando diferentes tipos de ambientes naturais e antrópicos. Desta forma, a maior parte das espécies localmente presentes tende a se distribuir amplamente ao longo das áreas úmidas e florestadas do entorno.

Mamíferos ameaçados de extinção foram registrados somente no grupo de médio e grande portes, num total de 7 espécies, entre elas a anta, tamanduá-bandeira, tatu-canastra, entre outros.



Figura 16: Registros obtidos na ADA / AID: Anta (à esquerda) e Raposa-do-campo (à direita) - espécies ameaçadas de extinção.

Todas as espécies encontradas na região realizam fortes interações com plantas, apresentando grande valor biológico para a localidade, através da dispersão de sementes e polinização de flores.

Algumas espécies de morcegos, entre outros mamíferos terrestres, que se alimentam de frutos (frugívoros) são importantes dispersores de sementes, o que contribui com a regeneração natural das florestas, alimentam-se de frutos das figueiras, embaúbas e coqueiros.

Morcegos que se alimentam de insetos (insetívoros) tiveram um valor significativo na composição de espécies da comunidade local. Sua importância é ressaltada porque auxiliam no controle dessas populações, nos ambientes em que habitam. As espécies verificadas não são consideradas raras ou ameaçadas de extinção, mas ainda assim são essenciais na manutenção dos ambientes, sendo essencial a sua conservação.



Figura 17: Morcego Beija-flor – registro obtido na ADA, com o uso de rede de neblina (técnica de captura).

O que é Meio Antrópico/Socioeconômico?

Os aspectos socioeconômicos ilustram as condições de vida de uma população. Qualquer alteração do meio ambiente causada por atividades humanas, que possam afetar de forma direta ou indireta esta população, são denominadas impactos. E neste estudo é o município de Ribas do Rio Pardo.

Para o diagnóstico foram abordados temas referentes à saúde, educação, economia, habitação, educação, entre outros; e como o Estado dimensiona e distribui os recursos para os gestores das cidades. Os estudos têm como base dados disponibilizados por órgãos públicos, e quando necessário foram complementados com pesquisas de campo.

Segundo IBGE (2020) o município de Ribas do Rio Pardo está localizado no Estado do Mato Grosso do Sul, na mesorregião e seu território é de 17.315,28 km². A população é de 25.310 habitantes e a densidade demográfica é de 1,21 hab./km², ou seja, pouco adensado. Na ADA, que são as fazendas afetadas pelo projeto, num total de 14 propriedades, a população residente é de 75 habitantes.

Para medir as condições sociais e econômicas do município é utilizado um índice chamado IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, apresentado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Esse índice classifica renda, saúde, educação, longevidade, entre outros, num total de 180 índices. Este varia numa escala de 0 a 1, quanto mais próximo de um, melhores são as condições da população. Para o município de Ribas do rio Pardo o valor obtido é de 0,664. Isso posiciona o município numa escala mediana.

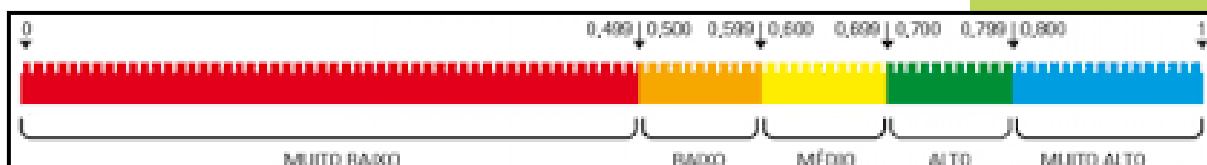


Figura 18: Faixa de Desenvolvimento Humano Municipal. Fonte PNUD (2022)

Comunidade Indígena, Quilombola e Assentamento Rural

Conforme consultas ao INCRA, Funai e Fundação dos Palmares não existem em Ribas do Rio Pardo registro de comunidades quilombolas; assim como não há registros de terras indígenas. Constatam somente assentamentos rurais: PA Pedreira e PA Mutum; vale ressaltar que o empreendimento não afetará essas localidades.

Quais Pesquisas Arqueológicas foram realizadas na região

Os sítios arqueológicos fazem parte do Patrimônio Arqueológico do IPHAN, também reconhecidos como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro pela Constituição Federal de 1988. Os bens de natureza material de valor arqueológico são definidos e protegidos por Lei, sendo considerados bens patrimoniais da União.

Todos os sítios arqueológicos têm proteção legal e quando são reconhecidos devem ser cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA (IPHAN, 2021). Sendo assim, foram encontrados 15 sítios arqueológicos em Ribas do Rio Pardo (Quadro 1).

A maioria dos sítios arqueológicos estão relacionados às atividades de confecção de artefatos de uso diário, como lanças, flechas e facas de serviço.

Quadro 1: Sítios Arqueológicos identificados em Ribas do Rio Pardo.

Nome do Sítio	Ribas do Rio Pardo - Descrição
Arara - ME-1	oficina de lascamento de material lítico
Arara - ME- 2	artefatos líticos, composta por um machado polido
Arara - ME- 3	lascas, núcleos e dejetos de lascamento em silixito e arenito
Arara - ME- 4	vestígios de lascamento de arenito silicificado
Arara - ME- 5	lascas, núcleos e dejetos de lascamentos.
Arara - MD- 2	lascas e fragmentos de silixito, arenito silicificado
Rio-Verde-MD-1	lascas, núcleos e dejetos de lascamentos em silixito e arenito silicificado
Rio-Verde-MD-2	lascas, núcleos e dejetos de lascamentos líticos
MD - 3	sítio cerâmico pré-colonial
Arara-MD-1	lascas, núcleos, percutores e dejetos de lascamentos
Rio Verde 19 (VD19)	sítio lítico, a céu aberto, localizado na margem direita do Rio Verde
Córrego Bandeira 1 (BZ1)	sítio lítico, a céu aberto, localizado no Córrego Bandeira
Ribeirão Ferreira 1 (FI1)	sítio lítico, a céu aberto, localizado no Ribeirão Ferreira
Oficina Lítica São Domingos	Não informado

IMPACTOS IDENTIFICADOS

Quais os Impactos identificados no Meio Físico?

Os principais possíveis impactos estarão associados aos solos e as águas superficiais, em especial na fase de instalação do projeto. Porém, e em menor intensidade e frequência, haverá alteração da qualidade do ar.

As obras irão requerer movimentação de terras, escavações, extração de rochas (uso de explosivos), que irão modificar a estrutura da paisagem. Dessa forma haverá solo exposto, facilitando processos erosivos e o carreamento deste para o rio, alterando a qualidade das águas.

Contudo, vale ressaltar que o padrão cor foi detectado no diagnóstico, como alterado.

A cor sofre alteração devido ao carreamento de solos para o leito do rio.

A presença de maquinário, que exige o uso de combustíveis, óleos e graxas também é fator de risco para a contaminação do solo e das águas.

O ar também poderá sofrer alteração, mesmo que momentânea, pela poeira ocasionada durante as obras, especialmente causada pela intensa movimentação de veículos e maquinários.

Haverá também intensificação de ruídos, advindos das atividades dos maquinários e, eventualmente, se necessário, do uso de explosivos.

Quais os Impactos identificados no Meio Biótico?

Na fase de instalação, a vegetação florestal identificada nas margens do Rio Pardo será a mais afetada, pois sofrerá supressão total, nas porções que serão ocupadas pelo reservatório.

Associada a esta vegetação está uma fauna diversa, de aves, mamíferos, répteis e anfíbios, entre outros grupos, que serão removidos ou afugentados de seus habitats nativos.

Sobre a fauna aquática, em especial para o grupo dos peixes, a pressão será expressiva, com alteração do ambiente de água corrente (lótico) para o de águas paradas (lêntico), além da compartimentação do rio com a instalação da barragem.

Tais fatores irão interferir na composição das espécies, favorecendo na porção do lago, o predomínio de espécies mais generalistas em relação ao uso do habitat. Essa transformação no ambiente poderá também alterar a qualidade da água, interferindo de forma negativa em diferentes espécies que tem o ciclo de vida relacionado à água.

Na fase de operação, deverá ser observada a estabilização das comunidades no ambiente florestal e aquático. A operação da usina, propriamente dita, não caracteriza como um fator negativo para o meio biótico, exceção para a ocorrência de novas intervenções ou incidentes.

Quais os Impactos identificados no Meio Antrópico?

Os impactos previstos para o meio antrópico são, em sua maioria, considerados de natureza positiva, ou seja, trarão diversos benefícios à população do município de Ribas do Rio Pardo, assim como para a região de entorno.

Haverá aquecimento da economia advindos das relações comerciais para a atividade de instalação da PCH Cachoeira Branca. Também haverá a geração de postos de trabalho sazonais na fase de instalação, e permanentes na fase de operação.

A demanda de trabalhadores irá priorizar os da localidade, contudo, a vinda de mão de obra externa poderá acarretar sobrecarga nos equipamentos de saúde (hospitais e postos de saúde), bem como na segurança pública, na fase de instalação; o que é visto como fator negativo. Contudo, é um aspecto temporário que será gerenciado.

Outro fator analisado está relacionado ao aumento do tráfego de veículos, leves e pesados, devido a necessidade de transporte de materiais para a construção do empreendimento.

Síntese dos Impactos

A síntese da avaliação dos impactos ambientais, de acordo com os critérios metodológicos utilizados no estudo, é resumida na matriz de avaliação de impactos ambientais. Foram então identificados 39 impactos ambientais, sendo 27 para os meios Físico e Biótico e 12 para o Meio Socioeconômico.

Os impactos ocorrerão em fases diferentes do projeto: planejamento (P), instalação (I) e/ou operação (O). Considerando as fases de instalação e operação há um maior percentual de impactos relacionados aos meios físico e biótico (40,7%) se comparado ao socioeconômico (33,3% e 16,7%, respectivamente). Apenas o meio socioeconômico apresentou impactos nas fases de planejamento ou que abranjam todas as fases analisadas

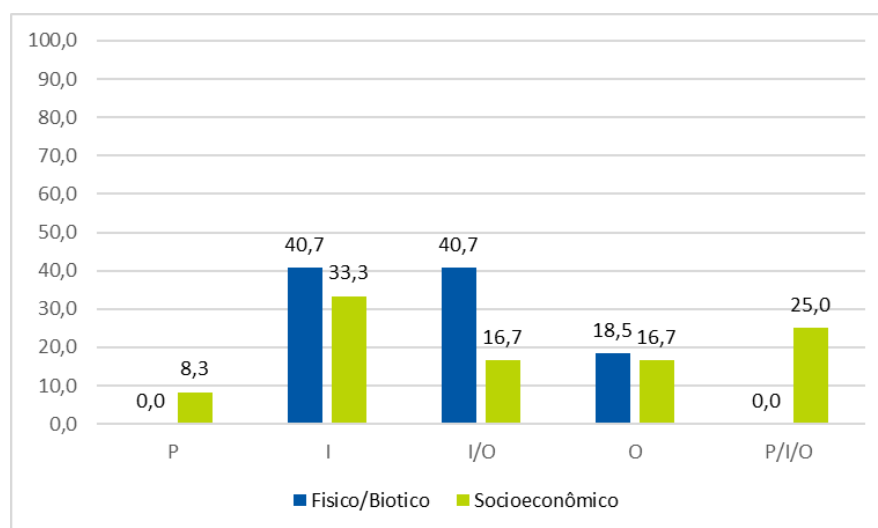


Figura 19 – Representação (%) dos impactos ambientais para cada meio.

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Quais as medidas propostas para o Meio Físico?

- Utilização de métodos de contenção e prevenção a derramamento de combustíveis, óleos e graxas e impermeabilização do solo das oficinas;
- Aspersão de água nas vias para a redução da emissão de poeiras para a atmosfera;
- Coleta, segregação, acondicionamento, transporte e destinação adequada dos resíduos sólidos;
- Instalação de caixas separadores de óleos e graxas;
- Mapeamento e monitoramento de áreas com processos erosivos preexistentes;
- Instalação de sistema de drenagem em pontos sensíveis;
- Monitoramento da qualidade das águas superficiais;
- Recuperação de áreas degradadas pelas atividades de instalação do empreendimento;
- Monitoramento dos níveis de pressão sonora, atendendo às disposições legais vigentes.

MEDIDA MITIGADORA

“Consiste em uma medida que tem como objetivo minimizar ou eliminar eventos adversos que se apresentam com potencial para causar prejuízos aos itens ambientais destacados nos meios físico, biótico e antrópico”.

Quais as medidas propostas para o Meio Biótico?

- Efetuar a supressão dentro dos limites preestabelecidos e autorizados na licença específica, individualizada;
- Efetuar resgate e realocação de flora e fauna;
- Elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – PACUERA;
- Fiscalização da área, podendo contar com parceira do empreendedor com órgãos ambientais;
- Educação ambiental para trabalhadores;
- Afugentamento e resgate prévio da fauna, nas áreas que sofrerão supressão da vegetação;
- Fazer a soltura dos indivíduos resgatados em área pré-determinadas;
- Para mitigar eventos de caça e atropelamentos;
- Realizar o monitoramento de fauna registrando mudanças nas composições das espécies e relação com a flora;
- Resgate de peixes quando da instalação do barramento, nas enceradeiras;
- Monitorar as populações de peixes, tanto a montante quanto a jusante.

Quais as medidas propostas para o Meio Socioeconômico?

Como já mencionado anteriormente, para este componente ambiental, a maioria dos impactos serão de natureza positiva, podendo ser monitorados para um efetivo controle e até mesmo a realização de ações que possam potencializá-los, a saber:

- Geração de emprego e renda;
- Valorização do mercado imobiliário;
- Capacitação da mão de obra;
- Dinamização da economia local;
- Ampliação do conhecimento técnico/científico;
- Aumento da oferta de energia e estabilidade do sistema elétrico local;
- Incremento da arrecadação tributária;

Outros, por ventura, poderão ocasionar adversidades momentâneas, devendo, portanto, ser objeto de mitigação. Em geral, esta é representada por ações preventivas, educativas e de monitoramento.

- Monitoramento de indicadores sociais com o objetivo de avaliar a sobrecarga no sistema de saúde do município;
- Planejamento e gestão das vias de acesso do empreendimento, avaliando a necessidade desvios de tráfego e redutores de velocidade;
- Ações de educação ambiental e comunicação social junto à população do entorno, com esclarecimentos e discussões sobre o empreendimento, seus impactos e programas.



Figura 20 – Vistas aéreas, parciais, do município de Ribas do Rio Pardo.

PROGRAMAS AMBIENTAIS

O que são Programas e Monitoramentos Ambientais?

São instrumentos que garantem o equilíbrio socioambiental do empreendimento, visando o acompanhamento e evolução da qualidade ambiental. Reúnem todas as medidas mitigadoras e compensatórias e servem para potencializar os impactos positivos; diminuir, controlar ou mesmo impedir impactos ambientais negativos e compensar os que não possuem possibilidades de mitigação.

Cada um, dentro de sua especificidade, propõe medidas que serão implantadas visando tanto a recuperação, quanto a conservação da área de influência do empreendimento.

Quando ocorrerão os Programas e Monitoramentos?

Quando o componente ambiental for alterado, os programas e monitoramentos serão utilizados com caráter preventivo ou corretivo. O resultado de suas execuções decorrerá da participação dos responsáveis pelos programas, aliado à participação efetiva da comunidade diretamente afetada, bem como dos órgãos fiscalizadores e licenciadores e de outros parceiros institucionais envolvidos.

Quais Programas serão executados?

Plano de Gestão Ambiental - PGA

Objetivo

Estabelecer preceitos, conferir responsabilidades ambientais e assegurar que os programas e as ações propostas neste EIA sejam implementados adequadamente.

Plano Ambiental de Construção – PAC

Objetivo

Orientar todo o processo de instalação para que ocorra de acordo com as legislações vigentes e melhores práticas ambientais.

Plano de Ação Emergencial – PAE

Objetivo

Estabelecer os procedimentos a serem seguidos caso ocorram emergências, incluindo ambientais, decorrentes de acidentes nas atividades de instalação e operação

Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes

Objetivo

Monitorar os resíduos e efluentes, reduzir a geração na fonte primária, assegurar a eficiência da segregação na origem, o correto manuseio, armazenamento e destinação final.

Programa de Controle de Ruídos e Material Particulado

Objetivo

Monitorar as emissões de ruídos, gases e material particulado (poeira), como também reduzir seu impacto aos colaboradores e comunidades lindeiras.

Programa de Controle de Tráfego e Melhoria das Vias de Acesso

Objetivo

Mitigar os potenciais impactos associados ao aumento de circulação de veículos e máquinas.

Programa de Monitoramento e Conservação da Flora

Objetivo

Verificar a estabilização da dinâmica florestal e possíveis alterações na estrutura das comunidades vegetais naturais remanescentes nas áreas adjacentes ao reservatório. Inclui o Sub-programa de Conservação e Monitoramento das Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção

Programa de Manejo, Resgate e Aproveitamento Científico da Flora

Objetivo

Realizar a cobertura de todas as frentes de serviço para coleta de sementes e/ou frutos, realocação de epífitas, hemiepífitas, cactáceas, propágulos e coleta do banco de sementes, principalmente das espécies de interesse socioeconômico e de pesquisa, com importância funcional, endêmicas, raras, com algum grau de ameaça de extinção.

Programa de Controle de Supressão de Vegetação e de Limpeza do Reservatório

Objetivo

detalhar os procedimentos para que a supressão de vegetação nativa, necessária à instalação do empreendimento, seja realizada de acordo com as legislações, licenças e autorizações vigentes.

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA

Objetivo

É proposto como medida compensatória da supressão da vegetação para a instalação do projeto; propõe a recuperação da cobertura florestal das áreas degradadas em decorrência das atividades de instalação da obra e da área de Preservação Permanente - APP do futuro reservatório

Programa de Capacitação, Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra

Objetivo

Viabilização da contratação de mão de obra local e capacitação local; estabelecer diretrizes e plano de ações para os processos de contratação e desmobilização dos trabalhadores

Programa de Comunicação Social

Objetivo

Difundir informações acerca do empreendimento e esclarecer as dúvidas quanto às atividades desenvolvidas para a construção da PCH. Inclui o sub-programa de Articulação Institucional

Programa de Educação Ambiental

Objetivo

Efetivar ações de educação ambiental, tanto para os trabalhadores contratados, quanto para as comunidades próximas

Programa de Responsabilidade Social

Objetivo

Elaboração de ações que tenham relação com o empreendimento e/ou que possam contribuir para melhorias da qualidade ambiental

Programa de Resgate e Afugentamento da Fauna Terrestre

Objetivo

Minimizar os efeitos sobre a fauna local através do resgate ou afugentamento durante a supressão da vegetação e enchimento do reservatório, inclui o sub-programa de Monitoramento da Fauna Atropelada.

Programa de Resgate e Transposição da Ictiofauna

Objetivo

Apresentar um estudo sobre a viabilidade e/ou necessidade de instalação de um Sistema de Transposição (STP) que permita o deslocamento dos peixes.

Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas

Objetivo

Monitorar o nível freático de forma a avaliar as variações na borda do reservatório e jusante, caracterizar a qualidade da água subterrânea no pós-enchimento do reservatório.

Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico

Objetivo

Monitorar a evolução do assoreamento do reservatório e propor medidas preventivas e mitigadoras

Programa de Monitoramento das Águas Superficiais

Objetivo

Monitorar a qualidade das águas do Rio Pardo e propor medidas mitigatórias, quando necessário.

Programa de Saúde e Segurança do trabalho

Objetivo

Preservação da saúde e integridade física dos colaboradores, através da antecipação, reconhecimento e consequente controle das ocorrências de riscos ambientais

EQUIPE TÉCNICA

Quem elaborou o Estudo Ambiental?

A elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Cachoeira Branca contou com uma equipe multidisciplinar à serviço da Samorano Consultoria Ambiental Ltda., integrada pelos profissionais relacionados a seguir. Também estão relacionadas a área de atuação.

NOME	FORMAÇÃO	RESPONSABILIDADE
EQUIPE TÉCNICA		
<i>Alessandra dos Santos Venturini do Prado</i>	Bióloga	Fauna - Mastofauna
Armando Garcia Arnal Barbedo	Engenheiro Civil	Hidrografia
Edilson Teixeira de Souza	Arqueólogo	Patrimônio Arqueológico
<i>Eduardo Saddi</i>	Biólogo	Flora - fitossociologia e florística
<i>Fabiana Graziely de Sousa</i>	Socióloga	Socioeconomia e impactos ambientais
<i>Gilmar Baumgartner</i>	Biólogo	Recurso hídrico, qualidade da água e biota aquática
<i>Janaine Pereira Neves</i>	Bióloga	Prognóstico ambiental e formação
<i>José Antonio Maior Bono</i>	Agrônomo	Pedologia e susceptibilidade a dinâmica superficial
<i>Jussara Fraga Araújo</i>	Bióloga	Instrumentos legais e normativos e programas ambientais
<i>Kamilla Costa Mecchi</i>	Bióloga	Revisão técnica e formação
<i>Larissa Cristina Hjort</i>	Bióloga	Unidades de conservação
<i>Luiz Antônio Paiva</i>	Geólogo	Geologia; Geomorfologia; Hidrogeologia; Espeleologia; Paleontologia; Recursos Minerais
<i>Marco Antonio Lacerda de Oliveira</i>	Biólogo	Coordenação Geral, Introdução, Informações gerais, Potenciais Impactos Ambientais, Medidas e Programas Ambientais
<i>Mariáh Leite Tibcherani</i>	Bióloga	Himenóptera
<i>Matheus Hammarstron Justino</i>	Biólogo	Ruídos e Vibrações, Revisão de Fauna Terrestre
<i>Mauricio Neves Godoi</i>	Biólogo	Avifauna
<i>Nayara Fonseca de Carvalho</i>	Bióloga	Quirópteros
<i>Paulo Landgraf Filho</i>	Biólogo	Herpetofauna e Vetores
<i>Suellen da Silva Pereira</i>	Geógrafa	Socioeconomia
<i>Thiago Mateus Rocha dos Santos</i>	Biólogo	Alternativas Tecnológicas e Locacionais, Análise Integrada, Análise de Paisagem, Efeitos de Cumulatividade e Sinergia,
<i>Wagner H. Samorano</i>	Agrônomo	Estudo de Impacto ambiental, Relatório de Impacto ambiental, Estudo de Análise de Risco

EQUIPE DE APOIO	
NOME	ATUAÇÃO
<i>Aline de Freitas Monteiro</i>	Apoio técnico
<i>Ana Beatriz de Faria Bacellar</i>	Apoio técnico
<i>Ana Paula Belizário Ferreira</i>	Apoio técnico
<i>Brígida Cristina de Freitas</i>	Apoio técnico
<i>Cévio Resende Mendonça</i>	Apoio técnico
<i>Daniel Alves Belmont</i>	Apoio técnico
<i>Helaine Soares Pimentel</i>	Apoio técnico
<i>Juan Carlos Resende de Moraes</i>	Apoio técnico
<i>Marco Costacurta</i>	Apoio técnico
<i>Natalio Abrahao Filho</i>	Apoio técnico
<i>Suzana Cunha Escarpinati</i>	Apoio técnico
<i>Vinícius da Silva Souza</i>	Apoio técnico
<i>Wagner Marcial Aquino</i>	Estagiário - Apoio técnico



SAMORANO
CONSULTORIA AMBIENTAL



Samorano

Avenida Centaurea, 50 - esquina com rua Carvalho | Bairro
Cidade Jardim - Campo Grande / MS | (67) 3029-6370